

Chaves analíticas para a compreensão do projeto educacional da nova direita: Estratégias essenciais e particularidades brasileiras¹

Analytical keys for understanding the educational project of the new right: essential strategies and Brazilian particularities

 **Silvia Cristina Yannoulas²**

Resumo

Ensaio baseado em revisão intensiva da literatura, que objetiva caracterizar o projeto educacional da Nova Direita no século XXI. A partir do caso brasileiro foi realizada uma aproximação ao caso argentino, que permitiu desvendar estratégias comuns do projeto nos dois países: a reedição do debate sobre o papel da família e do Estado a partir do questionamento à incorporação do materialismo histórico-dialético e os estudos de gênero nos conteúdos curriculares; a ampliação e diversificação dos sentidos de privatização da educação e o reforço ao papel subsidiário do Estado em matéria educacional; e a recomposição da relação entre educação e emprego/ocupação com as reformas do ensino médio e a consolidação do processo de individualização do social. O caso argentino permitiu visualizar

¹ Ensaio fruto do estágio de pós-doutoramento realizado em 2022-2023 na Universidade de Buenos Aires (UBA), que recebeu o apoio do Decanato de Pesquisa e Inovação da Universidade de Brasília - DPI/UnB e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq através do projeto *Sujeitos antagônicos e políticas públicas na América Latina: Confrontando as Propostas Político Pedagógicas da Nova Direita*.

² Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação (Tedis) da UnB. Participante da Rede Latino-americana de Estudos sobre o Trabalho Docente – RedEstrado, e do GT 66 do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO. E-mail: silviayannoulas@unb.br

algumas táticas particulares do projeto educacional da Nova Direita no Brasil: a militarização das escolas e a expansão da educação domiciliar, não abordadas neste artigo. A revisão de literatura realizada permite apontar dois eixos transversais necessários para a implementação desse projeto: a desvalorização do trabalho docente profissional reflexivo, e a desarticulação das políticas educativas de diversidade voltadas para a inclusão escolar de grupos historicamente desfavorecidos. Concluímos que é possível distinguir um projeto educacional articulado pela Nova Direita, que reinstala e atualiza polêmicas transcendentais da política educacional.

Palavras-chave: Nova direita; direito à educação; educação básica; trabalho docente, Brasil, Argentina.

Abstract

Essay based on intensive literature review to characterize the educational project of the New Right in the XXI century. The Argentine case contributed to illuminate the Brazilian case, allowing to visualize three common strategies of the educational project of the New Right: the reissue of the debate on the role of the family and the State starting from the questioning of the inclusion of historical-dialectical materialism and the gender studies in curricular content; the expansion and diversification of the meanings of privatization and the subsidiary role of the State in education; and the recomposition of the relationship between education and employment/occupation with the reforms of secondary education and the consolidation of the process of individualization of the social. These strategies are distinguished from some particularities of the Brazilian case (such as the militarization of schools or the expansion of home education (or home schooling), not addressed in this article). The literature consulted points to two cross-cutting and necessary axes of this educational project: the devaluation of reflective professional teaching work, and the disarticulation of educational policies for the school inclusion of historically disadvantaged groups. We conclude that it is possible to distinguish an educational project articulated by the New Right, which updates the transcendental controversies of educational policy.

Keywords: New right; education rights; basic education; teaching work, Brasil, Argentina.

1. Introdução

Quais as disputas ideológicas travadas pela Nova Direita - ND no século XXI em relação ao direito à educação básica? Quais seriam as estratégias constitutivas ou essenciais do projeto educativo da ND para a educação básica (universal e obrigatória), que o definem como uma proposta diferente dos projetos anteriores? Quais são as táticas particulares do projeto da ND no Brasil em termos de política educacional?³

Propomos algumas chaves analíticas extraídas de revisão de literatura científica para compreender as estratégias essenciais do projeto educacional da ND, suas propostas de políticas, programas e ações para a educação básica, visando destacar a escolha da educação como ferramenta fundamental para a implementação de seu modelo societal⁴. A revisão intensiva da literatura científica permite afirmar o desenvolvimento de um processo de (re)construção ideológica promovido pela ND, a partir de estratégias que buscam restaurar o bloco hegemônico conservador-liberal, utilizando para isso elementos superestruturais articuladores das relações orgânicas entre ideologia, economia e política⁵.

De natureza qualitativa e ensaística, nosso estudo se concentra no Brasil do século XXI, encontrando na Argentina um contraponto heurísticamente interessante para iluminar as particularidades da implementação do projeto educativo da ND em

³ A relação dialética entre singular-particular-universal configura um dos princípios básicos do método materialista histórico-dialético, visando à apreensão dos fenômenos para além de sua aparência em direção à essencialidade, desvendando conexões essenciais e básicas. É neste sentido que utilizamos as denominações "essencial" e "particularidade", sem negar a historicidade dos elementos analisados (ver Cunha et al., 2014).

⁴ A profundidade da virada para a direita e o papel proeminente da educação para o projeto da ND foram apontados por Finkel (1987) e Paviglianiti (1990).

⁵ A ideologia não é entendida aqui como representação do real, mas como tradução dessas representações em ações concretas que materializam diferentes visões de mundo. As disputas ideológicas são analisadas como manifestações das lutas sociais (de classes, de gêneros/sexuais, étnico-raciais). Concordamos com Williams (2007): luta social e ideologia são indissociáveis, a superestrutura não é um reflexo da estrutura, e não é possível distinguir totalmente uma da outra porque há intermediação e interdependência entre elas, não uma correspondência mecânica.

diferentes realidades, pelos seguintes motivos ou justificativas: 1) Registro do projeto educacional da ND na perspectiva do Sul (ver Ciavatta Franco, 2000), considerando que no presente século na Região houve uma série de governos populares seguidos de vitórias eleitorais da ND. 2) Disponibilidade de publicações científicas acessíveis online sobre programas e ações da ND para a educação básica⁶. 3) Oportunidade do intercâmbio intensivo com pesquisadores argentinos durante o estágio de pós-doutoramento, no sentido de validar intersubjetivamente os achados da pesquisa.⁷

Este não é um estudo comparado em sentido estrito, pois a proposta não era realizar um estudo sistemático do caso argentino à maneira recomendada na bibliografia especializada (Bray, Adamson e Mason, 2015), mas estabelecer contrapontos para reconhecer regularidades e avançar no conhecimento do caso brasileiro na sua particularidade. A exploração da expressão particular da ND em outra realidade concreta permitiu compreender as conexões entre os elementos que compõem a implementação do projeto educativo da ND no Brasil⁸. Procuramos distinguir quais são as estratégias essenciais do projeto educacional da ND, e quais elementos integram o "cardápio" de táticas particulares que o projeto desdobra no Brasil, pois em cada país o sucesso de ações específicas está relacionado com a historicidade peculiar.

⁶ Destacamos o Número 45 da Revista *Roteiro* do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC (Hermida e Orso, 2020); e os Números de 2022 e de 2023 da *Revista Educação Política e Sociedade* da Universidade Autônoma de Madri - UAM, (Gluz et al., 2022; e Laval, Sorondo e Monarca, 2023).

⁷ Especialmente nas ciências sociais contemporâneas, a objetivação entendida como validação intersubjetiva dos achados de pesquisa assume vital importância e requer um investimento específico para garantir sua viabilidade: tempo, recursos materiais e financeiros, contatos pessoais, interesses interinstitucionais, avaliações por pares, entre outros. Agradecemos ao *Centro de Estudios de Ciudad* – CEC/Sociales/UBA (2019-2023), ao *Instituto de Investigaciones Educativas* – IICE/FFyL/UBA (2019-2023), ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social - NEPPPOS/CEAM/UnB (2021), ao Seminário de Produção Acadêmica do *Programa de Posdoctorado de la Facultad de Ciencias Sociales* - Sociales/UBA (2022) e ao Grupo de Estudos *Discursos das novas direitas* da Universidade Nacional de Quilmes (2022), pelos debates que permitiram aperfeiçoar a análise da literatura.

⁸ Durante os intercâmbios com os interlocutores estratégicos foi sugerido que no Brasil haveria predominância de correntes neoconservadoras, com cargos eletivos ocupados democraticamente por militares e religiosos; enquanto na Argentina o predomínio seria das posturas neoliberais, representadas por jovens quadros técnico-profissionais e fundações como a recente Fundação Mauricio Macri, com a manchete "a educação não pode ser só dos professores". Unanimemente foi apontada a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) como "usina experimental" da ND.

Utilizamos como técnica principal a revisão sistemática de literatura científica do corpus localizado (que inclui referências bibliográficas online publicadas entre 2019 e 2022), para compreender o que já foi estudado sobre o projeto educacional da ND do ponto de vista dos especialistas. Os critérios de busca e seleção das bibliografias foram: a) Educação básica. b) Brasil e Argentina. c) Abordagem teórico-crítica. d) Disponibilidade online em bases científicas. e) Línguas espanhola e portuguesa. f) Data de publicação no século XXI. A partir da definição da estratégia de busca com o apoio da equipe da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), foi implementada uma busca em bases multidisciplinares. As referências localizadas foram lidas, algumas descartadas por não responder aos critérios, as restantes codificadas e organizadas em uma matriz conceitual que inclui cinco dimensões e dois eixos transversais, para proceder a síntese dos achados. A técnica secundária consistiu na validação intersubjetiva da síntese dos nossos achados, através de encontros individuais e coletivos com interlocutores estratégicos dos dois países, os quais permitiram a localização de publicações importantes para interpretar os achados e aprimorar nossa caracterização do projeto educacional da ND.

Duas observações se fazem necessárias: 1) a heterogeneidade educacional na Argentina e no Brasil é bastante significativa, devido à extensão geográfica, densidade e características populacionais, bem como a institucionalidade descentralizada da educação básica - que acentua as desigualdades históricas entre as unidades político-administrativas; e 2) as técnicas utilizadas possuem limitações, e sabemos que há pesquisas valiosas em ambos os países que não são captadas a partir das bases consultadas - mas, pela disponibilidade de tempo e recursos, escolhemos essas fontes pelo sistema de avaliação cega por especialistas utilizado pelas revistas científicas.

Quanto à estrutura do artigo, inicialmente abordamos a definição de ND, para tratar posteriormente das três estratégias que consideramos essenciais do projeto educacional da ND: o deslocamento da educação para a instrução escolar (no sentido de evitar a “doutrinação” marxista e feminista); a reconfiguração do direito à educação como questão de ordem privada e responsabilidade familiar (com a consequente perda da centralidade do Estado como garantidor do direito à

educação); e o restabelecimento da relação entre mérito, educação e ocupação/empreendedorismo (especialmente por meio do ensino médio, com vistas à formação de recursos humanos submissos à atual fase do capitalismo). Para concluir, sistematizamos as chaves analíticas que permitem interpretar o Projeto Educacional da ND no Brasil.

2. Definindo Nova Direita

A distinção entre direita e esquerda surge em 1789 para indicar os cargos ocupados pelos representantes em relação à presidência da Assembleia Nacional Constituinte Revolucionária Francesa⁹. Segundo Pereira-Pereira (2019) é um recurso topológico para classificar a oposição de classe liberal/conservadora versus progressista/socialista em torno dos princípios organizadores opostos de liberdade e igualdade. A autora aponta que, ainda que possa ser vista como uma "continuidade incremental do passado", a ND possui uma peculiaridade importante, reunindo o espírito de três grandes forças inéditas: mercados competitivos globalizados, conglomerados financeiros parasitários e mídia transnacional. Não é por acaso que o avanço da ND ocorre em um momento em que há uma grande crise e recomposição na dinâmica de acumulação do capital em escala global.

Categoria bastante utilizada nas ciências sociais desde a década de 1980, a bibliografia sobre ND é profícua e seria impossível dar conta dela nos limites deste artigo. A maioria dos autores define a ND como um "casamento de conveniência" entre neoliberais e neoconservadores, constituído para a disputa eleitoral por meios democráticos contra forças progressistas/socialistas. Também apontam para as novas tecnologias como o fator que potencializa (expande e capilariza) a "batalha eleitoral" e a "guerra cultural" instauradas contra os movimentos sociais contra hegemônicos e as políticas implementadas pelos governos populares.

Brown (2019) sistematizou as definições de ND, destacando dentre elas a composição de uma espécie de hibridismo (dos contrários à justiça social), e de convergência (na defesa da família como rede primária de seguridade), hibridismo

⁹ O estudo de Bobbio (1995) constitui ponto de partida fundamental para compreender as origens e a trajetória dos conceitos direita e esquerda nas ciências sociais.

emanado para pregoar a insatisfação com a intensificação da desigualdade social supostamente promovida pelas políticas afirmativas ou de inclusão¹⁰, combinada com a desvalorização/demonização do Estado, da democracia, dos políticos e da justiça social, e a paralela valorização da moral, da família, da tecnocracia e dos mercados.

Para Pereira (2016 e 2020), a ND consiste em uma fusão ou articulação profunda de duas ideologias que podem parecer historicamente contraditórias, constituindo uma nova prática e discurso político, que combinam posições populistas e elitistas, libertárias e autoritárias, intervencionistas e descentralizadoras ao mesmo tempo¹¹, com o propósito de se opor aos governos populares. Assim, a ND constituiria um amálgama ou fusão inseparável dos princípios fundamentais do neoconservadorismo e do neoliberalismo, criando progressivamente uma ideologia com identidade própria. Os elementos neoliberais e neoconservadores presentes nas propostas da ND vão além de cada uma dessas perspectivas, constituindo uma nova fusão ou configuração específica do social, mais radical, mercantil e ao mesmo tempo antissocial, só possível a partir da era digital. Essa configuração fortalece a conflitividade com os outros, o isolamento social, e identifica alguns "inimigos centrais" (especialmente o feminismo e o comunismo/socialismo), como uma reação para restaurar uma situação passada, enquanto os movimentos sociais contra hegemônicos se organizam para levantar bandeiras que questionam o modelo social burguês, conquistar espaços e direitos. Assim, entendemos que o "novo" da ND não significaria novidade absoluta, mas fusão em propostas políticas para além da força eleitoral, pautadas no antagonismo de sujeitos coletivos.

¹⁰ Em trabalhos anteriores mencionamos a necessidade de problematizar o uso de conceitos como inclusão. De todo modo, ao apontar os limites, não pretendemos questionar a pretensão de universalizar substantivamente as políticas sociais (educação, trabalho, saúde etc.).

¹¹ Cooper (2022) explora algumas das supostas contradições entre o individualismo atomizador ou a liberdade contratual do neoliberalismo, e a solidariedade família/comunidade do neoconservadorismo e o status legado. Neoconservadorismo e neoliberalismo desejam a recuperação da responsabilidade familiar privada como fonte de seguridade econômica alternativa ao Estado de Bem-estar, combinada com o familismo das políticas de assistência social para os casos em que essa responsabilidade não funcione, embora por diferentes razões: custo moral e custo econômico do desmonte da família fordista. O espírito neoliberal de responsabilidade pessoal estaria ancorado em um princípio mais amplo de responsabilidade familiar sobre as pessoas dependentes (crianças, pessoas com necessidades especiais, idosos etc.), articulando o que parecem ser os paradoxos da ND.

O fortalecimento da fusão de propostas e princípios foi particularmente visível na formação do que Rocha (2018) chama de “contra públicos digitais”, o que permitiu a capilarização do projeto da ND na sociedade civil. Oliveira (2020) se refere à relevante influência na América Latina de *thinkthanks* ou organizações orientadas por ideologias neoconservadoras, produzindo e disseminando interpretações sobre questões estratégicas. Severo, Gonçalves e Estrada (2019), e Lima e Hypolito (2020) analisaram o apelo peculiar entre os jovens de propostas neoconservadoras veiculadas com o uso intensivo de novas tecnologias e redes (particularmente *Facebook* e *Instagram*), como estratégia de ampla convocação para ações públicas, como espaço de divulgação de posicionamentos político-ideológicos, e como ferramenta de ataque aos “inimigos” construídos. Militando ativamente em rede, esses grupos possuem fortes vínculos com grupos políticos que disputam o poder institucional.¹²

Gentili (2002) já apontava para a existência de um programa educacional da ND, constituído por um conglomerado mais ou menos orgânico de estratégias voltadas para a reversão da legitimidade e do consenso em torno do significado do direito à educação pública de qualidade e para todos. Essas estratégias instituíram novas regras, relações e procedimentos considerados razoáveis e legítimos, e transformaram (simbólica e materialmente) o dispositivo escolar, produzindo uma profunda ressignificação cultural nas representações do direito à educação e da escola no imaginário social.

Significativamente, essas estratégias estão relacionadas aos três grandes fatores estruturantes da desigualdade social (classe, gênero/sexualidade e raça/etnia), estabelecendo valores e critérios pelos quais determinado conhecimento merece ou não fazer parte da escola conteúdo, ou determinados grupos merecem ou não tratamento diferenciado dentro do sistema educacional. Nesse sentido, destacamos o combate aos conteúdos relacionados a gênero e sexualidade nos planos educacionais, bases curriculares e livros didáticos, a

¹² A coletânea organizada por Aymá e Dagatti (2019) exemplifica em 3 capítulos as lógicas políticas e midiáticas contemporâneas instaladas pela ND na Argentina, com análise detalhada da utilização intensiva das redes sociais pela Alianza Cambiemos, de maneira articulada com spots publicitários veiculados pela mídia, para instaurar uma “política da proximidade”.

tentativa de eliminar as teorias críticas e reduzir a importância e a carga horária das ciências sociais, bem como as estratégias para limitar ou eliminar cotas raciais e socioeconômicas. O uso das novas tecnologias foi fundamental para gerar pânico moral nas famílias sobre os efeitos perniciosos da escola na formação moral e política de "seus" filhos. Como defesa contra estes males, a ND propõe a circunscrição da escola à instrução, sendo a educação em sentido lato uma preocupação de ordem privada, familiar.

3. Materialismo, gênero/sexualidade e pânico moral: educação familiar e instrução escolar¹³

A maioria dos estudos trata da relação entre ND e censura no ambiente escolar, quicá por ter sido o primeiro aspecto abordado cronologicamente, quicá por ser o mais chocante de todos os postulados "politicamente incorretos". Os ataques às conquistas sociais sob a bandeira da "liberdade de expressão" são parte fundamental da fusão representada pela ND, e compõem um quadro de retrocesso político, econômico, social e cultural de dimensões incomparáveis, quando pensávamos haver superado posições opressivas forjadas no patriarcado, racismo e aporofobia¹⁴.

A leitura de Rocha (2018) permite caracterizar as maneiras de operar da ND através de duas vias: a perseguição penal e a violência simbólica, com expressões de ódio e repúdio às diversidades, normalização da grosseria e maus-tratos, exaltação do que é supostamente "genuíno", dissolução da distância entre eleitores e políticos, linguagem militar (batalha cultural, milicianos, guerra são alguns exemplos), e prisão e repressão física pontuais (mortes e prisões de figuras notórias como "exemplos" ou "alertas"). A principal característica seria a deturpação dos princípios e bandeiras conquistadas pelos movimentos sociais contra hegemônicos

¹³ Pânico moral é um conceito cunhado por Cohen (2017; publicado originalmente em 1972), para definir a reação de um grupo de pessoas com base na percepção de que o comportamento de um determinado grupo representa uma ameaça à sociedade como um todo. Esses pânico são estimulados pela mídia, com uso de linguagem emocional e imagens que demonizam um grupo.

¹⁴ Cortina Orts (2017) definiu a aporofobia como medo e rejeição da pobreza e dos pobres.

e legisladas¹⁵. No ataque à suposta doutrinação marxista ou feminista nas escolas não explicam o que estaria errado com o materialismo histórico-dialético ou os estudos de gênero, apenas se concentram em impedir a circulação e aceitação do enfoque, alegando ser uma imposição que retira a liberdade de escolha das famílias.

A ND consolidou em alguns setores concepções distorcidas que confundem o debate público sobre as políticas educacionais, especialmente nas questões relacionadas às bandeiras feministas. É o caso do pseudoconceito "ideologia de gênero", uma deturpação do conceito/estudos/teorias de gênero, embasada cientificamente, assim como foi realizada com o método materialista-histórico-dialético (Lopes, 2019). Esses discursos que colocam os estudos de gênero e as teorias críticas como inimigos da família brasileira e de seus valores, estabelecem inquietações na população de forma reativa aos avanços conquistados pelos movimentos sociais contra hegemônicos, e não são fáceis de refutar racionalmente¹⁶. Para Seffner (2022) se utilizam de linguagem militar para abordar os assuntos relativos à sexualidade, abrindo um campo de batalha sobre assuntos já incorporados à agenda pública.

Paternotte e Kuhar (2018) descrevem os princípios dogmáticos das campanhas antigênero implementadas a partir de 2010. As autoras alertam que o discurso antigênero não se restringe a um território nacional ou regional, incluindo uma complexa teia de atores globais: não seriam reiteraões contemporâneas de velhas formas de oposição, mas mobilizações com novas formas de organização,

¹⁵ Um claro exemplo de deturpação provém de "Con Mis Hijos No Te Metas", que começou no Peru, se expandiu para vários países ibero-americanos como Argentina, Chile, Costa Rica, Colômbia, Espanha e México, e que reflete muito bem a deturpação feita pela ND: "#gênero nunca+", "#ninguém a menos" ou "#proibido esquecer", copiando expressões originalmente utilizadas por movimentos de defesa dos direitos humanos. Na Argentina, verifica-se também a existência de uma retórica antigênero em relação às leis que regulam a educação sexual integral (de 2006), casamento igualitário (de 2010), identidade de gênero (de 2012), interrupção voluntária da gravidez (de 2020), a cota de empregos para travestis, transexuais e transgêneros (de 2021), entre outros. Essa retórica se expressou no caso da CABA por meio da resolução 2022-2566-GCABA-MEDGC, que tentou "regulamentar" o uso de expressões como todes, tod@as e todxs nas escolas, para não "distorcer" a língua regida pela Real Academia Espanhola. Grupos políticos de esquerda, acadêmicos e movimentos LGBTQ+ contestaram essa decisão na Justiça e na Anistia Internacional.

¹⁶ Houve um certo atraso da pesquisa acadêmica sobre as questões aqui tratadas, devido à convicção de que as conquistas de gênero/sexuais ou étnico-raciais não poderiam ser regredidas, ao considerar que se tratava de um pequeno grupo conservador que não teria o poder de gerar uma expressiva onda de recuo (Oliveira, 2020; Paternotte e Kuhar, 2018).

articuladas por agentes que buscam conexão com um público amplo.¹⁷ Barcenas Barajas (2022), coloca ênfase nas articulações entre os representantes do discurso antigênero com o neoconservadorismo e com o neoliberalismo, com exemplos extraídos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, México, Panamá e Peru.

A vertente cristã da ND conseguiu influenciar fortemente a política educacional do Brasil, tentando destruir a separação legislada Igreja/Estado com a reinserção do ensino religioso na Base Curricular Nacional Comum - BNCC e as polêmicas no Supremo Tribunal Federal - STF (Cunha, 2016; Guimarães, Xarão, 2021)¹⁸. Essa vertente investiu tempo e dinheiro em estrutura organizacional, capilaridade social, capacidade de mobilização de massas, visando ocupação de cargos nos três poderes republicanos (do municipal ao nacional), sempre tendo como bandeiras a luta contra o "gênero e a doutrinação marxista" e a defesa da tradicional família brasileira (Hermida e Lira, 2020; Machado, 2018).

Os avanços nas políticas para as mulheres e para a diversidade na educação formal foram institucionalizados no Brasil com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003 e da Secretaria de Educação Permanente, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) no Ministério da Educação em 2004. Essa institucionalidade levou à aprovação de normas como a que garante o direito de escolha do nome em atos relacionados ao MEC e à elaboração de um kit de material didático para auxiliar os professores no enfrentamento do *bullying* no ambiente escolar no contexto do *Programa Brasil sem Homofobia*. Com o intuito de desqualificar, grupos neodireitas começaram a denominar o material educativo de "kit gay" e alertaram as famílias sobre o suposto ataque aos valores morais que seriam consolidados por esse *kit*, deslegitimando as ações de enfrentamento à

¹⁷ No Brasil, os grupos evangélicos têm grande capilaridade, materializando de forma vinculante a solução para os problemas dos setores vulneráveis, com importante desdobramento político, conquistando cargos eletivos que lhes permitem influenciar políticas educacionais e sociais.

¹⁸ Na Argentina, a polêmica sobre o ensino da religião nas escolas também foi reeditada. Apesar de as leis nacionais assumirem a neutralidade religiosa, algumas províncias incluíram o ensino religioso nas escolas dentro ou fora do horário escolar (por exemplo, Salta, Catamarca, Tucumán). As críticas das autoridades e da imprensa católica são semelhantes: por que conteúdos feministas como a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) são incluídos e conteúdos religiosos são excluídos na formação de professores e nos currículos escolares? No caso da província de Salta, o conflito foi judicializado. Sobre as mudanças e continuidades no ensino religioso na Argentina, ver Rodríguez (2018).

discriminação por orientação sexual no ambiente escolar. Foi nesse momento que o pseudoconceito "ideologia de gênero" se popularizou por meio do uso intensivo de *fake news*, e o pânico moral se instalou como estratégia de sucesso na trajetória ascendente da ND¹⁹.

Estabelece-se uma retórica antigênero (de acordo com Junqueira, 2018), que posiciona os estudos de gênero e a família tradicional em lados opostos. A expansão da expressão "ideologia de gênero" provocou sentimentos de aversão nas famílias a todas as pessoas que exerciam atividades docentes ou de pesquisa no campo dos estudos de gênero. A retórica antigênero não estabeleceu uma polêmica contra as mulheres na projeção de políticas públicas. Na elaboração da retórica antigênero as necessidades práticas das mulheres foram acolhidas e transvestidas em interesse estratégico neodereitista, visando a manutenção das relações hierárquicas dominantes (de gênero, mas também de classe e raça). Os efeitos perniciosos dessa retórica antigênero foram analisados na suspensão da distribuição do kit entre as escolas e na exclusão total ou parcial das questões de gênero e orientação sexual no Plano Nacional de Educação - PNE vigente para o período 2014-2024 (Reis e Eggert, 2017; Vianna e Unbehau, 2016), nos planos subnacionais ou estaduais aprovados entre 2014 e 2016 (Vianna e Bortolini, 2020), e na BNCC (Lima e Hypólito, 2019; Macedo, 2017).

Refundar o dispositivo escolar, restringindo o papel da escola à instrução e do ensino à transmissão de conteúdos pragmático-técnicos, com uma concepção neotécnica da escolaridade obrigatória, sendo as famílias as verdadeiras educadoras, foi um dos pilares organizadores do Movimento Escola Sem Partido (MESP), como pode ser observado no projeto de lei apresentado em 2014 ao Congresso Nacional, que pretendia alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (de 1996)²⁰. Considerando a "vulnerabilidade" dos alunos, qualquer

¹⁹ Segundo Miskolci e Campana (2017), o uso da expressão "ideologia de gênero" foi fortalecido no Brasil pela influência do livro *A ideologia de gênero: ou o gênero como ferramenta de poder*, do argentino Jorge Scala, publicado em 2010. Na Argentina e em outros países hispanofalantes, Agustín Laje tem considerável visibilidade na mídia com livros como "La Batalla Cultural", ou "O Livro Negro da Nova Esquerda" (ver Goldentul e Saferstein, 2020).

²⁰ Zan e Krawczyk (2019b) relatam que esse projeto de lei inspirou outros 19 de natureza estadual/provincial, mas foi declarado inconstitucional em 2016 por parecer técnico do Ministério

ação fora da mera instrução de conteúdos técnicos é considerada doutrinação ou influência "subliminar", especialmente nos casos em que o trabalho docente é orientado para estimular o pensamento crítico, problematizar a realidade do corpo docente ou contexto de sua própria escola. Isso gerou, inclusive, desconfiança, vigilância e denúncia contra o corpo docente²¹, fragilizando a construção coletiva de projetos educacionais (Barros, 2021; Batista, Orso e Lucena, 2019; Flach e Silva, 2019; Frigotto, 2017; Oliveira, 2020; Silva et al., 2018).

Fundado em 2004 e transformado em ONG em 2015, o MESP surgiu originalmente preocupado com a "contaminação político-ideológica" da suposta doutrinação marxista nas escolas brasileiras. Mais tarde, ela abraçou a causa da suposta "ideologia de gênero", sempre reivindicando o direito das famílias de evitar expor "seus" filhos a conteúdos contrários às suas crenças. No calor da discussão do Plano Nacional de Educação, o MESP (re)iniciou o debate sobre a hierarquização entre família e escola em relação aos conteúdos educacionais, e posteriormente ampliaram o debate para o congresso nacional e legislativos estaduais/provinciais, com a apresentação de projetos de lei que tanto reforçam o desejo neoliberal de comercializar e rentabilizar a educação quanto o desejo neoconservador de transformar o conteúdo da educação em assunto de ordem privada. Rodrigues, Fraga e Souza (2021) oferecem um panorama geral sobre o MESP e suas batalhas ideológicas.

Severino (2019) mostrou que a tramitação de centenas de projetos de lei foi iniciada simultaneamente nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no congresso nacional, excluindo a expressão "gênero" de todos os planos educacionais. Ele também observou que a maioria dos projetos legislativos apresentados pelo MESP não foi aprovada, constituindo o grupo que sofreu mais derrotas do que vitórias. Mas, apesar do fracasso dos projetos, Severino alerta que provocaram um efeito importante no pensamento, nos sentimentos e nas ações dos professores menos politizados e mais sujeitos à intimidação.

Público Federal e foi arquivado.

²¹ No Brasil, ataques contra professores levaram um grupo de instituições a elaborar um manual de defesa (Ação Educativa, 2018). Na CABA, um número 0800 foi criado para as famílias de Buenos Aires denunciar a suposta doutrinação (ver Feldfeber et al, 2019).

Com a retórica antigênero, a ND questionou o Estado como ator principal na definição das políticas educacionais, a laicidade em relação à instrução, e a obrigatoriedade escolar, numa espécie de renegociação do pacto republicano entre Estado, Igreja e família para restaurar velhas lógicas. Este é o primeiro eixo central do projeto educativo da ND.

4. Polimorfismo do privado e subsidiariedade do Estado: reconfiguração do direito à educação

Os estudos que relacionam explicitamente a ND à subsidiariedade do Estado em matéria educativa constituem o segundo grupo de artigos analisados. A ND promove um Estado que apoie os interesses particulares através da subsidiariedade progressiva do Estado nas políticas sociais²², abandonando o seu papel equalizador face às desigualdades, fomentando a privatização dos serviços públicos, facilitando a cooptação de recursos públicos para instituições privadas, atuando de forma assistencialista para garantir os "mínimos sociais", e estimulando a ação de filantropo-capitalistas²³. Mas também um Estado forte no que diz respeito à "proteção" das eleições familiares e ao confronto com um suposto "inimigo comum".

Registramos nuances dentro da ND sobre esta questão, sem constituir uma verdadeira contradição. A posição neoliberal consiste em delegar à família a decisão sobre qual provedor de serviço educacional escolher e garantir a organização do sistema educacional como um mercado, em vez de defender que esse provedor seja a própria família, sem a intervenção da escola como agente público. Esta posição parece mais consistente com uma abordagem neoconservadora, tendendo para o

²² Segundo Saforcada (2012) em países europeus e latino-americanos o protagonismo assumido pelo Estado foi contestado pela Igreja e setores conservadores, opondo-se ao princípio da subsidiariedade do Estado. Segundo este princípio, o Estado não deve educar, pois a função primeira da educação corresponde a outro (sociedade civil, Igreja etc.) e o Estado só a assume quando esse outro não o faz. Sobre a política educacional do macrismo e o deslocamento da centralidade do Estado em matéria educacional, ver Rodríguez (2017), Vassiliades (2020), e Gluz e Feldfeber (2021).

²³ Filantropo-capitalismo é uma expressão utilizada por diversos autores como Adrião (2018) e Díez-Gutiérrez (2022) para aludir à evasão fiscal por parte de grandes multinacionais, que fazem doações e patrocínios, e ao mesmo tempo fidelizam o consumidor para seus produtos e influenciam políticas educacionais (especialmente multinacionais tecnológicas).

fechamento social da própria família ou comunidade próxima, do que o neoliberalismo. O caráter antissocial se aproximaria do neoconservadorismo, enquanto o caráter individualista do neoliberalismo. Em ambos os casos, tende-se a reforçar a subsidiariedade do Estado e a centralidade da família.

Ball e Youdell (2008) descrevem duas grandes vias de privatização da educação, uma de natureza endógena e mais explícita com as novas formas de gestão, que se refere a formas de gerir a educação pública com lógica empresarial; e outra de natureza exógena, sub-reptícia ou encoberta, que inclui a participação do setor privado nas decisões sobre política educacional por meio de assessorias, consultorias, avaliações, nomeação de funcionários e outros meios de influência que carregam perigos de natureza ético-profissional. Na literatura analisada encontramos referência a ambos os tipos de privatização. Por outro lado, Verger, Moschetti e Fontdevila (2017) identificaram sete tipos diferentes da tendência privatizadora, com Argentina e Brasil representando modelos distintos: no caso da Argentina, destacam-se as históricas alianças público-privadas, enquanto no Brasil o modelo foi incremental: a privatização não foi fruto de mudanças radicais nem grandes reformas estruturais, mas da introdução de pequenas mudanças, frequentemente em nível subnacional e sem conexão entre si. Entretanto, a acumulação das mudanças parciais e isoladas alterou significativamente a estrutura e o governo do sistema.

Hermida e Lira (2020) interpretam o MESP no contexto de uma ação internacional articulada para desconstruir os fundamentos do direito à educação na democracia republicana, e com a finalidade de influenciar o processo de acumulação do capital. O novo modelo, de caráter autoritário e aparentemente defensor dos direitos dos pais e mães quanto à educação dos "seus" filhos, na verdade busca garantir a educação de cidadãos submissos à lógica da classe dominante, abrindo caminho para a desistência. direitos sociais e trabalhistas, possibilitando a geração de mais-valia ilimitada. É por isso que a esfera educacional e especialmente a escola constituiria uma frente prioritária da aliança neoconservadora-neoliberal.

Krawczyk (2020), após resgatar as origens do projeto educacional da ND em seu berço (EUA), destaca a constituição de uma aliança global pró família, formada

por governos conservadores de diferentes latitudes e da qual o Brasil participa, para constituir um grupo de pressão dentro das agências da ONU. Seu propósito seria opor-se à agenda progressista, desintegrando ações sistêmicas relacionadas à diversidade e à inclusão escolar, pautas importantes de governos progressistas para a ampliação dos direitos de grupos historicamente subordinados, e contempladas nas declarações promovidas por organismos internacionais vinculados ao sistema das Nações Unidas - ONU.

A constituição de redes transnacionais que articulam governos e grupos de ND para defender uma agenda estratégica também foi observada por Martins (2016), Freitas (2018), e Rocha (2018). Esta agenda destaca a importância do sistema educativo reforçando o mérito como organizador dos resultados obtidos e redirecionando os setores socioeconômicos mais vulneráveis para ofertas educativas específicas. A noção de mérito seria utilizada neste caso para legitimar como natural a desigualdade construída socialmente (incluída a educacional). Fundações empresariais, entidades filantrópicas e outras organizações da sociedade civil vinculadas à ND, que não faziam parte do leque de atores tradicionais na definição das políticas educacionais, não estão necessariamente interessadas na construção de escolas particulares. Mas vários funcionários de alto e médio escalão dos ministérios e secretarias de educação são frequentemente indicados por essas fundações e outros grupos de poder, o que significaria outra forma de privatização da educação.²⁴

A agenda da ND representa uma séria ameaça ao trabalho docente, pois ameaça a autonomia e profissionalismo dos trabalhadores da educação; e aos alunos de setores historicamente subalternizados, ao desvincular o Estado do compromisso equalizador das desigualdades. De um lado, as diversas expressões da mercantilização e privatização do direito à educação (detalhadas por Adrião, 2018; e Peroni e Lima, 2020), retiram a profissionalização do trabalho docente e desarticulam possíveis resistências (Oliveira, 2022). De forma precisa, Adrião (2018)

²⁴ Castellani (2019), Feldfeber, Duhalde e Caride (2020) e Wanschelbaum (2022) analisaram esse processo de "captura da decisão pública" em matéria de política educacional nos regimes democráticos argentinos.

descreve as múltiplas formas de induzir a desregulamentação das relações de trabalho no sistema educacional: terceirização e/ou mercantilização do dever de casa e do conteúdo escolar por meio da chamada responsabilidade social corporativa, fundações empresariais, algumas ONGs; desenvolvimento e comercialização de plataformas virtuais para educação domiciliar e formação de professores; organizações internacionais e desenvolvimento de empresas de consultoria para a preparação, aplicação e processamento de avaliações internacionais padronizadas; uso suspeito de resultados de avaliação para desqualificar e culpabilizar professores pelo estado do ensino público e pelo fracasso escolar; desarticulação do sistema educacional e seus reflexos na carreira docente; entre outras formas.

Os autores consultados enfatizam o papel das redes e fundações empresariais na definição de políticas educacionais e conteúdos pedagógicos, promovendo valores e princípios gerencialistas (ver Martins, 2016; Freitas, 2018; Peroni, Caetano, Arelaro, 2019). No caso brasileiro, soma-se a polêmica sobre a educação domiciliar, que supõe uma perda de prestígio e identidade da categoria profissional, bem como questiona os princípios de universalidade e obrigatoriedade.

De outro lado, a literatura consultada registra uma transformação dos sentidos de direito à educação pública, laica, gratuita, de acesso universal e de qualidade socialmente referenciada presente nas políticas educacionais dos governos populares, em um "serviço educacional" contabilizado, mensurável baseado em "evidências", cuja qualidade deve ser avaliada com parâmetros gerenciais e mercadológicos, reforçando os objetivos de transmitir conhecimento técnico-pragmático para melhorar o desempenho do corpo discente em provas padronizadas transnacionais. Os autores apontam o descompromisso com o papel do Estado na redução das desigualdades que caracterizou as políticas de inclusão escolar dos governos populares anteriores (Gentili e Oliveira, 2013; Gluz, Karolinski e Diyarian, 2020; Gouveia, 2009), e a responsabilização e criminalização dos professores pelos resultados em testes padronizados (como se esse resultado dependesse apenas do desempenho dos professores – ver Ximenes, 2012).

O projeto educacional da ND procura (re)discutir os conteúdos e a definição mesma de educação básica – a ser substituída por uma educação mínima. Peroni e Lima (2020) e Peroni (2021) investigaram a lógica gerencial funcional de um projeto educacional centrado na disputa de conteúdos, em que o Estado continuaria a ser o responsável pelo acesso e vagas na educação pública, mas o conteúdo e a gestão da escola é cada vez mais determinada por instituições privadas, que supostamente pretendem contribuir para a melhoria da qualidade entendida como desempenho em avaliações internacionais padronizadas: a relação entre neoliberais e neoconservadores é, portanto, estratégica para a restauração do poder. Assim, o regresso à igualdade de oportunidades e não de resultados, e a eliminação de qualquer política afirmativa ou de inclusão são princípios defendidos pela ND. Nessa esteira é que a ND pretende (re)discutir os princípios de universalidade e obrigatoriedade.

Usando o discurso da melhoria da qualidade como legitimador, apontando as fragilidades da educação pública e culpando o Estado por elas, a ND pretende desintegrar os sentidos de justiça social, inclusão, solidariedade e diversidade construídos historicamente no campo educacional, pelo empreendedorismo, competição, inovação, produtividade e meritocracia, além da restauração dos valores familiares e religiosos tradicionais e da disputa de sentido em torno do binômio educação familiar e instrução escolar.

5. Mérito, mercado e autoempreendedorismo: trajetória de formação individualizada ao serviço da economia capitalista globalizada

De acordo com o terceiro grupo de estudos analisados, a ND pretende restaurar as condições necessárias para a atual fase do capitalismo, não apenas no sentido estritamente econômico, mas também através da reorganização de instituições sociais fundamentais como a família e a escola. A escola almejada pela ND está reduzida à transmissão de conteúdos técnicos, saberes instrumentais necessários para a inserção individual, “competente”, “inovadora” e “empreendedora” no mercado de trabalho atual. E assim chegamos à terceira estratégia da ND que queremos discutir, fortemente relacionada com as anteriores,

mostrando como a moral dos neoconservadores e a economia dos neoliberais são, na prática, politicamente indissociáveis e têm grande importância para a ordem do capital, pois o questionamento dessa ordem não é uma qualidade desejável na futura força de trabalho e no campo eleitoral.

Ferreira e Silva (2017) destacam que o ensino médio é a etapa da educação básica que provoca os debates mais polêmicos, principalmente em relação à sua identidade e finalidades. Nessa discussão, observa-se a disputa entre dois projetos de sociedade: os liberais-conservadores insistem na formação para o ofício empreendedor, enquanto os setores progressistas propõem uma formação ampla e na perspectiva da emancipação política, uma educação republicana que promova a cidadania acima de qualquer interesse econômico.

Podemos observar essa tensão gerada pelo binômio economia-democracia na discussão nevrálgica sobre ensino médio, levando em muitos casos à imposição autoritária da primeira perspectiva e à negação de direitos, no histórico de países latino-americanos governados em algum período pela ND (tais como Argentina, Brasil, Colômbia ou México) e em outras latitudes (as mencionadas autoras referem os países que integram a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE).

Ferreira (2017) mostra as semelhanças entre a reforma do ensino médio iniciada em 2016 e as propostas feitas em outros períodos autoritários, destacando a falta de participação popular dos diretamente interessados (docentes e discentes), substituindo processos de deliberação mais amplos por consulta a um grupo restrito de "especialistas", vinculados aos interesses da privatização da educação. Motta e Frigotto (2017) apontam como objetivo principal da reforma a de gerir a chamada questão social, e atacar frontalmente os direitos dos filhos da classe trabalhadora ao negar-lhes o conhecimento para trabalhos complexos e a autonomia de pensamento para lutar pelos seus direitos. Zan e Krawczyk (2019a) demonstram a articulação entre a reforma do ensino médio, a reforma trabalhista e a reforma da previdência, incluída a pressão pela regularização da atividade autônoma dos trabalhadores avulsos e a transformação de antigas cooperativas em microempresas.

Para a ND a meritocracia seria o caminho mais justo para alcançar o direito escolar, e as ações afirmativas seriam formas de discriminação que desestimulam a competitividade, a criatividade, o esforço, a dedicação e a autonomia individual; seriam propostas ideológicas e populistas, expressões da hegemonia de esquerda. A ND defende a eliminação das cotas socioeconômicas e raciais (a igualdade de oportunidades poderia ser aceita, mas a igualdade substantiva é rejeitada), a criminalização e a moralização da pobreza (responsabilizar as famílias pelo fracasso de "seus" filhos), a articulação de políticas educacionais e de segurança por meio de diferentes ações localizadas em "territórios vulneráveis" (para eliminar a violência e disciplinar jovens em situação de pobreza), constituindo assim uma proposta de regulação da questão social diametralmente oposta às políticas de inclusão.

Se a educação representa uma oportunidade para os negócios, é também a "pedreira" de formação de futuros recursos humanos para as empresas (Kuenzer, 2017), privilegiando o desenvolvimento de capacidades e competências, de acordo com o contexto de ajuste fiscal, incerteza no mundo financeiro e insegurança no emprego (eufemisticamente conhecido pelos organismos financeiros internacionais como "novos empregos" ou empregos do futuro).²⁵

Cunha (2017) denominou à reforma do ensino médio de "atalho para o passado", devido à sua aproximação com as reformas anteriores (1971 e 1997). Remontar ao passado a relação entre educação e trabalho (este último entendido como emprego e ocupação empreendedora), com circuitos distintos para a formação estratificada de diferentes grupos sociais. Reduzir a relação entre educação e trabalho à preparação para o emprego e ocupação empreendedora, recuperando elementos da Teoria do Capital Humano *aggiornados* com o

²⁵ Vassiliades (2022) analisou a reforma do ensino médio na CABA, o projeto "Secundaria del Futuro" (iniciado em 2017). A proposta foi elaborada por poucos, sem um diagnóstico pedagógico para sustentá-la, e divulgada informalmente. Subordina o ensino médio às exigências do mercado de trabalho, com o objetivo de formar empresários flexíveis e competitivos. Com antecedentes no Programa "Aprender Trabalhando" (desde 2003), que ofertava estágios para alunos maiores de 16 anos em situação regular de qualquer nível de ensino para desenvolver "práticas educativo-laborais" em instituições públicas e privadas. Outra ação de CABA em que se estabelece um vínculo entre educação e emprego/ocupação empreendedora é a "Agência de Aprendizagem ao Longo da Vida" (desde 2019), orientada para a "reconversão" e permitindo a (re)inserção num mercado de trabalho que exigiria novas competências. Em seu site (www.agenciadeaprendizaje.bue.edu.ar) constam os logotipos dos apoiadores empresariais.

empreendedorismo schumpeteriano, e delineando políticas educacionais alinhadas às demandas do mercado. E desta forma também conter a demanda pela expansão da oferta de ensino superior no quadro geral de contenção da despesa pública.

A reforma do ensino médio no Brasil reduziu drasticamente a carga horária dos conteúdos do ensino geral (especialmente aqueles vinculados às ciências sociais e humanas), e promoveu a flexibilização das trajetórias educacionais e o surgimento da figura do "professor acompanhante" que apoiaria e orientaria a construção individual das trajetórias. Uma redução acentuada no tempo e conteúdo da formação geral ou núcleo comum (metade da carga horária anterior, com conteúdo especificado pela BNCC e diretamente relacionados ao desempenho em avaliações internacionais padronizadas), e cinco roteiros de formação diversificados (Línguas, Matemática, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Formação Técnico-Profissional). Também foram incorporados conteúdos relativos ao empreendedorismo e inovação (estruturantes dos percursos formativos). A flexibilização se estende ao uso de recursos públicos para convênios com o setor privado, segundo os organizadores do Número Especial da *Revista Educação e Sociedade* (publicado em 2017): flexibilização das formas de contratação dos docentes, e reconversão dos docentes para se adaptarem à nova proposta - incluindo a compra de material pedagógico que permita o acompanhamento dos "projetos de vida" dos alunos e aplicações de formulação e correção de provas de forma informatizada.

A introdução de conteúdos curriculares sobre empreendedorismo faz parte da influência desenvolvida por fundações empresariais e ONGs, e foi analisada por Souza (2018) e por Zan e Krawczyk (2019a e 2019b). A introdução do empreendedorismo como conteúdo curricular obrigatório (nas escolas públicas e privadas) foi objeto de projetos de lei, reforça o princípio da construção individual do futuro profissional ou ocupacional, e traz como consequência o surgimento de uma indústria do empreendedorismo, com consultorias, material didático, conferências pagas, entre outras fontes de lucro. As autoras citadas destacam o papel das redes de negócios na criação e expansão de um mercado educacional para o setor empresarial privado pela criação de "oportunidades de negócios", por meio de pacotes ou plataformas tecnológicas, sistemas, treinamento de professores,

preparação para avaliações padronizadas internacionais, edição de materiais didáticos, entre outras "oportunidades". Para isso, disputam recursos públicos, nomeiam altos cargos do setor, apresentam suas propostas de políticas como demanda do grupo social, e as validam a partir de uma neutralidade perita dos especialistas contratados para produzi-las. Interessa ressaltar aqui que as iniciativas empresariais se articulam na região a partir da Rede Latino-Americana de Educação (Reduca), criada em 2011 com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para atuar pela qualidade da educação pública (Castellani, 2019).

É uma abordagem interessante a realizada por Zan e Krawczyk (2019a), resgatando o uso da palavra "flexibilização" e sua atual deturpação no debate educacional: historicamente utilizada por propostas pedagógicas alternativas, vem sendo utilizada como ponta de lança para substituir a formação crítica processos de capacitação e execução técnica, e legitimar a entrada da EaD para parte da carga horária e o uso de recursos públicos para atividades com o setor privado, elementos que aumentam a atratividade da reforma para as empresas de ensino. Assim, a ND mais uma vez se apropria de termos usados por forças progressistas, para distorcer seu significado: para o senso comum, flexibilidade remete a autonomia, liberdade de escolha, criatividade, inovação. E em nome da flexibilização, consolidam-se processos de segregação de alunos, privatização do ensino público e precarização do trabalho docente.

Resumindo o terceiro aspecto do projeto educacional da ND: a reforma do ensino médio representa a tentativa de substituir o conceito de trabalho em seu sentido ontológico (e princípio educativo), pelo conceito de "ocupação empreendedora", flexibilizando trajetórias educacionais para futuros ocupacionais incertos em um mundo pós-salarial.

6. Conclusão: Chaves analíticas para interpretar o projeto educacional da Nova Direita

A análise dos estudos publicados sobre o avanço da ND permite afirmar, em primeiro lugar, uma paulatina consolidação no uso da expressão "nova direita" nas produções científicas da área de política educacional, e paralelamente sustentar que

há um projeto educacional proposto pela ND.

A revisão bibliográfica colocou em evidência a disputa da ND pela hegemonia dos significados no campo educacional, que se materializou a partir da indução de programas e ações concretas (algumas de âmbito nacional/federal, outras de âmbito estadual/provincial/distrital, a depender da correlação de forças e da vontade política predominante em cada caso), sobre polêmicas históricas reeditadas e problemas instalados na agenda pública por influência de fundações e redes empresariais. Para tanto, a ND utiliza intensivamente as redes com o intuito de fabricar uma falsa demanda, com pouco embasamento documental oficial e/ou pedagógico para sua legitimação, com pouca transparência sobre a origem e aplicação dos recursos financeiros para sua implementação, com o objetivo de dismantlar o consenso sobre o direito constitucionalmente consagrado à educação básica, e ao mesmo tempo propor outras formas de sociabilidade e outro modelo societário. É uma aposta dirigida especialmente às gerações mais jovens, para instituir gradualmente um projeto de sociedade que contenha derivados do pensamento neoliberal e do pensamento neoconservador, fundidos ou amalgamados em torno da centralidade do familismo, do privado e da "liberdade".

Na perspectiva do direito à educação, o projeto da ND desenvolve uma dinâmica que destrói o sentido universal, integrador e equalizador das desigualdades do ensino básico obrigatório sob responsabilidade do Estado, ao mesmo tempo que (con)forma o senso comum das novas gerações para o individualismo baseado no mérito, empreendedorismo, liderança, inovação e competitividade para as incertezas do futuro. Isso não significa que haja total coerência no projeto, ou que seja possível encontrar correlações mecânicas com governos específicos e seus programas específicos.

Apontamos alguns paralelos nas estratégias da ND no Brasil e na Argentina, mas também observamos que o poder discursivo e a possibilidade real de implementação diferem em ambos os países. O contraponto possibilitou estabelecer quais desses elementos são essenciais e necessários para o projeto, pois encontram manifestações claras nos dois países, reeditando antigas polêmicas sobre o direito à educação adaptadas às condições contemporâneas objetivas, e produzindo

deslizamentos de sentido que fortalecem o processo mais geral de individualização do social: 1) a censura de temas e problematizações relativas ao materialismo histórico-dialético e ao gênero/sexualidade nos planos de educação e bases curriculares, acompanhada de insistência pela reinserção de conteúdos religiosos nas escolas, produzindo como corolário a reinstalação da polêmica sobre a quem compete educar (família) e quem deve instruir (a escola). 2) o privado (em seus diversos formatos) por cima das prerrogativas democráticas públicas, o filantropocapitalismo e a crescente influência de quadros técnicos provenientes de redes empresariais e fundações na definição gerencialista das políticas educacionais, com o correlato de uma renovada defesa da subsidiariedade do Estado e a consolidação de uma nova compreensão do público e do comum. 3) as reformas do ensino médio, com a flexibilização das trajetórias e consequente instauração da centralidade do indivíduo/estudante e suas “escolhas” pessoais, a ênfase em conteúdos emocionais e neurociências na formação e atuação docente, a introdução de conteúdos de educação financeira e empreendedorismo (como promoção de si), com a decorrente consolidação de uma nova forma de disciplinar e pensar a relação educação/emprego, agora ao serviço de uma economia capitalista globalizada.

Também pudemos observar particularidades brasileiras bastante estudadas pelos pesquisadores e pesquisadoras da área que, apesar de registrarem alguma proposição na Argentina, não conseguiram se traduzir em ações e programas devido às especificidades históricas e sociais dessa sociedade. Nos referimos à militarização das escolas de educação básica em territórios vulneráveis (ver por exemplo Alves e Toschi, 2019)²⁶, ou com as tentativas de legitimação da educação domiciliar, com um número significativo de adeptos apesar da falta de proteção legal (ver, entre

²⁶ Na Argentina podemos citar iniciativas como o Programa “Serviço Cívico Voluntário em Valores” (Resolução 598/2019 do Ministério da Segurança Nacional), em articulação com a Gendarmaria Nacional, sendo as províncias e a CABA “convidadas” a aderir. O Programa organizou atividades em escolas pelas forças de segurança, com o objetivo de desenvolver habilidades socioemocionais e cognitivas em jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condição alegada para afastá-los do crime (Jack, 2022). O programa enfrentou forte oposição de organizações de direitos humanos e outros atores relevantes no cenário nacional, e foi interrompido com a mudança de governo. É preciso destacar que a relação entre a socialização de infantes e a gendarmaria argentina é antiga (ver Lvovich e Rodriguez, 2011).

outros, Vasconcelos e Kloh, 2020)²⁷.

Para o caso argentino, chama a atenção a importância que o projeto neodireitista outorgou à "educação emocional". Gluz et al. (2021) analisaram dois casos paradigmáticos de uma aposta na abordagem motivacional e na gestão de conflitos: a Rede de Escolas de Aprendizagem da Província de Buenos Aires e a avaliação de competências socioemocionais na CABA, para concluir que a educação emocional funde o neoliberalismo e o neoconservadorismo, despolitizando e legitimando as desigualdades. Vassiliades (2020 e 2022) aponta para o deslocamento de sentido: se durante os governos populares foram implementadas políticas educacionais que colocam o pedagógico como eixo organizador, as restaurações conservadoras colocaram componentes estritamente técnicos e a "inteligência emocional" ou "educação socioemocional" como nós centrais da regulação docente. Os professores se tornariam uma espécie de "tutores", "facilitadores" ou "companheiros" dos alunos em um mundo que exige "flexibilidade" e preparação para a "incerteza". Esse enfoque, embora estimulado pelas fundações empresariais no Brasil e presente em algumas reflexões localizadas pelo nosso levantamento (como por exemplo Carvalho e Silva, 2017), despertou um interesse menor dos pesquisadores brasileiros da política educacional.

É relevante registrar a desvalorização do trabalho docente profissional reflexivo e o conseqüente ataque aos sindicatos de professores, seja na Argentina seja no Brasil, que surgem como pano de fundo de todas as estratégias e táticas particulares analisadas, uma espécie de eixo transversal e condição necessária à concretização do projeto da ND para a educação: os professores tiveram sua formação fortemente deslocada para o técnico-operativo; sua autonomia cada vez mais limitada no que se refere à problematização da realidade social, política e econômica desigual; sua prática profissional redirecionada para o papel de

²⁷ Na Argentina houve algum crescimento (desigual entre as províncias pela falta de um dispositivo legal que o proteja e pela disponibilidade de recursos financeiros familiares) no número de famílias que aderiram à educação domiciliar durante a pandemia, bem como a instalação de serviços/empresas como "Educación Alternativa en Casa". Mas o peso da escola como organizadora da vida das famílias com filhos dificulta o desenvolvimento dessa diretriz em território argentino.

acompanhante hipoteticamente substituível por voluntário²⁸; e seus direitos questionados devido a constantes ataques às organizações de trabalhadores da educação.

Também apontamos a existência de outro eixo transversal e necessário do projeto educacional da ND: a desarticulação das políticas de inclusão conquistadas durante os governos populares e voltadas para grupos historicamente desfavorecidos por sua classe, gênero/sexualidade e raça/etnia, que gradativamente foram substituídas nos governos da ND por ações e programas articulados com as políticas socioassistenciais (por exemplo, organização do voluntariado) e de segurança ("prevenção do crime"), com uma impronta distante do pedagógico-educativo. Estudantes de setores historicamente discriminados, visualizados durante os governos progressistas como detentores de direitos que precisavam ser incluídos em virtude da justiça social, são visualizados pelo projeto educacional da ND como "alvos da ação socioassistencial", que devem ser pragmaticamente contidos, disciplinados e orientados na vida.

No poderíamos deixar de mencionar que uma nova etapa se abriu para Brasil em 2023, mas provavelmente será difícil reverter algumas das questões aqui retratadas, já instaladas no sentido comum e no sistema educacional.

Referências bibliográficas

- Ação Educativa (Org.) (2018). *Manual De Defesa Contra A Censura Nas Escolas* (primeira edição). Ação Educativa.
- Ação Educativa (Org.) (2022). *Manual De Defesa Contra A Censura Nas Escolas* (segunda edição). Ação Educativa.

²⁸ Exemplos argentinos são o Programa "Compromisso Docente" em nível federal (rebatizado em 2018 como "Progressão Docente"), e o Programa "Elegí Enseñar" desenvolvido desde 2017 por CABA (Ingratta, 2022). Essas propostas oferecem uma formação muito precária, pagam bolsas com valores inferiores ao custo que teria a contratação de trabalhadores profissionais de educação. Também é mister comentar o Programa "Enseñá por Argentina" (da rede internacional *Teach For All*), com a missão de "construir un movimiento diversificado de personas comprometidas con la educación de comunidades en situación de vulnerabilidad socioeconómica". Além de receber doações incentiva o voluntariado na educação básica.

- Adrião, T. (2018). Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: Caracterização a Partir de Mapeamento de Produções Nacionais e Internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, 18 (1), 8-28.
- Alves, M. e Toschi, T. (2019). A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35 (3), 633-647.
- Aymá, A. e Dagatti, M. (Comps.) (2019). *La política en escena: Voces, cuerpos e imágenes en la Argentina del siglo XXI*: Universidad Nacional de Quilmes.
- Ball, S. J. e Youdell, D. (2008). *La privatización encubierta en la educación pública*. Universidad de Londres.
- Barcenas Barajas, K.C. (coord.) (2022). *Movimientos antigénero en América Latina: cartografías del neoconservadurismo*. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales.
- Barros, N. C. F. (2021). O Movimento Escola Sem Partido e a popularização do ódio aos docentes. *Em Tese*, 18 (2), 142-167.
- Batista, E. L., Orso, P. J. e Lucena, C. (Orgs.) (2019). *Escola sem partido ou a escola da mordaza e do partido único a serviço do capital* (primeira edição eletrônica). Navegando Publicações.
- Bobbio, N. (1995). *Derecha e Izquierda: Razones y significados de una distinción política*. Taurus.
- Bray, M., Adamson, B. e Mason, M. (Orgs.) (2015). *Pesquisa em Educação Comparada. Abordagens e métodos*. Liberlivro.
- Brown, W. (2019). *Nas Ruínas do Neoliberalismo: Uma ascensão política antidemocrática não-ocidental*. Editora Filosófica Politeia.
- Carvalho, R. S. de. e Silva, R. R. D. da (2017). Currículos socioemocionais, habilidades do século XXI e o investimento económico na educação: as novas políticas curriculares em exame. *Educar em Revista*, 63, 173-190.
- Castellani, A. (2019). *¿Qué hay detrás de las Fundaciones y Ongs Educativas? Las redes de influencia público-privadas en torno a la educación. Argentina (2015-2018): Informe de Investigación Número 6*. Observatório das Elites, CITRA, UMET-CONICET.

- Ciavatta Franco, M. (2000). Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. *Educação & Sociedade*, XXI (72), 197-230.
- Cohen, S. (1972, 2017). *Demonios Populares y Pánicos Morales: delincuencia juvenil, subculturas, vandalismo, drogas y violencias*. Editorial Gedisa.
- Cooper, M. (2022). *Valores de família. Entre o Neoliberalismo e o Novo Social-Conservadorismo*. Editorial Traficantes de Sueños.
- Cortina Orts, A. (2017). *Aporofobia, el rechazo al pobre. Un desafío para la democracia*. Paidós.
- Cunha, C. de et al. (Orgs.) (2014). *O Método Dialético na Pesquisa em Educação*. Autores Associados - Universidade de Brasília.
- Cunha, L. A. (2016). A Entronização do Ensino Religioso na Base Nacional Curricular Comum. *Educação e Sociedade*, 37 (134), 266-284.
- Cunha, L. A. (2017). Ensino Médio: Atalho para o Passado. *Educação e Sociedade*, 38 (139), 373-384.
- Díez-Gutiérrez, E.-J. (2022). Invasión en Educación. *Journal Of Supranational Policies Of Education*, 15, 48-63.
- Feldfeber, M. et al. (2019). *La privatización educativa en Argentina* (2a ed. ampliada). Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina - CTERA /EI.
- Feldfeber, M., Duhalde, M. e Caride, L. (2020). *Privatización y mercantilización educativa en Argentina*. Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina de la República Argentina - CTERA.
- Ferreira, E. B. (2017). A Contrarreforma do Ensino Médio no Contexto da Nova Ordem e Progresso. *Educação e Sociedade*, 38 (139), 293-308.
- Ferreira, E. B. e Silva, M. R. da (2017). Centralidade do Ensino Médio no Contexto da Nova "Ordem e Progresso". Apresentação. *Educação e Sociedade*, 38 (139), 287-292.
- Finkel, S. M. de (1987). Crisis de Acumulación y Respuesta Educativa de la 'Nueva Derecha'. *Revista de Educación*, 283, 63-78.

- Flach, S. De F. e Silva, K. C.J. R. da (2019). O Avanço Conservador na Legislação. *Cadernos GPOSSHE*, 2 (1), 64-84.
- Freitas, L. C. de (2018). *A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias*. Expressão Popular.
- Frigotto, G. (Org.) (2017). *Escola "sem" partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Laboratório de Políticas Públicas (LPP/UERJ).
- Gentili, P. (2002). Adeus à Escola Pública: A desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. En P. Gentili (Org.), *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação* (pp. 228-252). Petrópolis/SP.
- Gentili, P. e Oliveira, D. A (2013). A procura da igualdade: dez anos de políticas educacionais no Brasil. Em E. Sader, *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Boitempo Editorial, FLACSO Brasil.
- Gluz, N. e Feldfeber, M. A (2021). La construcción de un nuevo sentido común. Una lectura sobre el proyecto político-educativo de la Alianza Cambiemos en Argentina (2015-2019). En N. Gluz, R. Elias e C. Rodrigues (Coords.), *La retracción del derecho a la educación en el marco de las restauraciones conservadoras: una mirada nuestroamericana* (pp. 19-44). Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.
- Gluz, N., Karolinski, M. e Diyarlan, M. (2020). Diferencias e indiferencias. Pobreza y desigualdades en las políticas educativas argentinas del SXXI. *Revista de la Carrera de Sociología*, 10 (10), 92 - 131.
- Gluz, N. et al. (2021). Individualización de lo Social en el campo escolar. Las Políticas Educativas de la Nueva Derecha en Argentina (2015-2019). *Actas de las V Jornadas Internacionales de Estudios de América Latina y el Caribe: Escenario Regional de Ofensiva Capitalista y Rebeliones Populares* (pp. 1289-1301). IEALC/UBA.
- Gluz, N. et al. (2022). Políticas Educativas y restauraciones conservadoras: reconfiguración del derecho a la educación. Editorial. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 7 (2), 4-14.

- Goldentul, A. e Saferstein, E. (2020). Los jóvenes lectores de la derecha argentina: Un acercamiento etnográfico a los seguidores de Agustín Laje y Nicolás Márquez. *Cuaderno Centro de Estudios en Diseño y Comunicación*, 112, 113-131.
- Gouveia, A. B. (2009). Direita e esquerda na política educacional: democracia, partidos e disputas entre projetos de administração pública municipal no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 90 (224), 32-55.
- Guimarães, M. e Xarão, J. F. L. (2021). Ensino religioso confessional: A decisão do STF e o enfraquecimento do estado laico no Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 6 (13), 21-34.
- Hermida, J.F. e Lira, J. de S. (2020). Quando o Fundamentalismo Religioso e o Mercado se Encontram: As bases históricas, econômicas e políticas da Escola Sem Partido. *Roteiro*, 45, 1-32.
- Hermida, J.F.; Orso, P. J. (2020). Apresentação: Políticas educacionais e o avanço da nova (ou extrema?) direita. *Roteiro*, (45), 1-8.
- Ingratta, A. (2022). Formas de nombrar a futurxs docentes: una aproximación desde los discursos en redes sociales de las políticas estudiantiles. En A. Birgin (Comp.), *Formación de Docentes de Escuela Secundaria. Reconfiguraciones en la Argentina del siglo XXI*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.
- Jack, T. (2022). La juventud como amenaza a la seguridad, la juventud como referente del cambio: el Programa Servicio Cívico Voluntario en Valores en la Argentina de la recomposición neoliberal. *Revista Perspectivas de Políticas Públicas Lanús*, 11 (22), 301-335.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18 (43), 449-502.
- Krawczyk, N. (2020). EUA – Brasil: uma cooperação deletéria na educação - da cartilha neoliberal ao fundamentalismo religioso. *Jornal de Políticas Educacionais*, 14 (54), 1-26.
- Kuenzer, A. Z. (2017). Trabalho e Escola: A flexibilização do Ensino Médio o Contexto do Regime de Acumulação Flexível. *Educação e Sociedade*, 38 (139), 331-354.

- Laval, C., Sorondo, J. e Monarca, H. (2023). Educación, neoliberalismo y extrema derecha. Editorial. *Revista Educación, Política Y Sociedad*, 8(2), 4-10.
- Lima, I. G. De e Hypolito, A. (2020). Escola sem Partido: análise de uma rede conservadora na educação. *Práxis Educativa*, 15, 1-18.
- Lopes, A. C. (2019). Articulações e Demandas Educativas (Im)possibilitadas pelo Antagonismo ao "Marxismo Cultural" (Comentário). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(109), 1-18.
- Lvovich, D. e Rodríguez, L. G. (2011). La Gendarmería Infantil durante la última dictadura. *Quinto Sol*, 15(1), 1-21.
- Macedo, E. (2017). As Demandas Conservadoras do Movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação e Sociedade*, 38 (139), 507-524.
- Machado, M. das D. C. (2018). O discurso cristão sobre a "ideologia de gênero". *Revista Estudos Feministas*, 26(2).
- Martins, E. M. (2016). *Todos pela Educação: Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira*. Lamparina.
- Miskolci, R. e Campana, M. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado*, 32 (3), 725-747.
- Motta, V. C. Da e Frigotto, G. (2017). Por que a Urgência da Reforma do Ensino Médio? *Educação e Sociedade*, 38(139), 355-372.
- Oliveira, D. A. (2020). Políticas Conservadoras no Contexto Escolar e no Trabalho Docente. *Práxis Educacional*, 15, 1- 18.
- Oliveira, D. A. (2022). Políticas conservadoras no Brasil: ameaças ao direito à educação e ataques à autonomia docente. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 7 (2), 37-54.
- Paternotte, D. e Kuhar, R. (2018). "Ideologia de gênero" em movimento. *Psicologia Política*, 18(43), 503-523.
- Paviglianiti, N. (1991). *Neoconservadurismo y Educación: Un debate silenciado en la Argentina del 90*. Libros del Quirquincho.
- Pereira, C. P. (2016). *Proteção Social no Capitalismo: Crítica a teorias e ideologias conflitantes*. Cortez Editora.

- Pereira, C. P. (2020). Nova Direita, Corporocracia e Política Social. En Pereira-Pereira, Potyara A., *Ascensão da Nova Direita e Colapso da Soberania Política*. Editora Cortez.
- Pereira-Pereira, P. A. (2019). Reorientações éticas da política social: do primado do *ethos* solidário ao império da moral individualista possessiva. *Em Pauta*, 17(43), 32-47.
- Peroni, V. M. V. (2021). Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação. *Educación, sentidos y transformaciones*, 15(2), 18-31.
- Peroni, V. M. V., Caetano, M. R. & Arelaro, L. R. G. (2019). BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 35(1), 35-56.
- Peroni, V. M. V. e Lima, P. V. De (2020). Políticas conservadoras e gerencialismo. *Práxis Educativa*, 15, 1-20.
- Reis, T. e Eggert, E. (2017). Ideologia De Gênero: Uma Falácia Construída Sobre Os Planos De Educação Brasileiros. *Educação e Sociedade*, 38(138), 9-26.
- Rocha, C. (2018). "*Menos Marx, mais Mises*": uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). [Tese de Doutorado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.
- Rodrigues, C. M. L., Fraga, M. C. L. e Souza, M. A. De (2021). Neoconservadorismo, Desigualdades de Gênero e Incidentes nas Políticas Curriculares no Brasil. En N. Gluz, R. Elias e C. Rodrigues (Coords.), *La retracción del derecho a la educación en el marco de las restauraciones conservadoras: una mirada nuestroamericana* (pp. 209-232). CLACSO.
- Rodríguez, L. G. (2017). "Cambiamos": La política educativa del macrismo. *Questión*, 1(53), 90-108.
- Rodríguez, L. G. (2018). Enseñanza religiosa y educación laica en las escuelas públicas de Argentina (1884-2015). *Prohistoria*, 30, 183-206.
- Saforcada, F. (2012). Las leyes de educación después de los años 90: de la hegemonía neoliberal al postconsenso de Washington. Persistencias, sincretismos y transformaciones. En M. Feldfeber e N. Gluz (Coords.), *Las políticas educativas*

- después de los '90: Regulaciones, actores y procesos* (pp. 17-42). CLACSO.
- Seffner, F. (2022). Em tempo de guerra todo buraco é uma trincheira. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), 1-12.
- Severo, R. G., Gonçalves, S. De R. V. e Estrada, R. D. A. (2019). Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira. *Educação & Realidade*, 44(3), 1-28.
- Severino, F. P. (2019). *O Movimento e Programa Escola Sem Partido: Origem e Implicações*. [Trabalho de Conclusão Curso de Especialização em Direitos Humanos na América Latina, Unila]. Repositório Institucional Universidade Federal da Integração Latino-Americana.
- Silva, E. M. et al. (2018). "Ideologia de Gênero" e a Escola Sem Partido: Faces da mesma moeda. *Inter-Ação*, 43(3), 615-631.
- Souza, S. A. (2018). Introdução crítica à suposta relação positiva entre empreendedorismo, desenvolvimento econômico e educação no Brasil. *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*.
- Vasconcelos, M. C. C. e Kloh, F. F. P. (2020). Uma produção que se intensifica: a educação domiciliar nas pesquisas acadêmicas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE*, 36(2), 539-558.
- Vassiliades, A. (2020). Impugnaciones de la enseñanza y desplazamientos de la pedagogía: políticas docentes y discursos estandarizados en Argentina durante la presidencia de Mauricio Macri (2015-2019). *Espacios en Blanco. Revista de Educación*, 2 (30), 247-262.
- Vassiliades, A. (2022). Políticas Educativas y Restauraciones Conservadoras: la "Secundaria del Futuro" y el presente de lo común en la Ciudad de Buenos Aires. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 7 (2), 129-151.
- Verger, A., Moschetti, M. e Fontdevila, C. (2017). *La privatización educativa en América Latina – Una cartografía de políticas, tendencias y trayectorias*. Universitat Autònoma de Barcelona – Internacional de la Educación.
- Vianna, C. P. e Unbehaum, S. (2016). Contribuições da produção acadêmica sobre gênero nas políticas educacionais: elementos para repensar a agenda. In:

- Carreira, D. et. al. *Gênero e Educação: Fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais*. Ação Educativa/Cladem/ECOS/Geledés /FCC.
- Vianna, C. P. e Bortolini, A. (2020). Discurso antigênero e agendas feministas e LGBT nos planos estaduais de educação: tensões e disputas. *Educação e Pesquisa*, 46, 1-25.
- Wanschelbaum, C. (2022). La ofensiva de la derecha en la educación y las formas encubiertas de privatización Espacios en Blanco. *Revista de Educación*, 1 (32), 173-186.
- Williams, R. (2007). *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Boitempo.
- Ximenes, S. B. (2012). Responsabilidade educacional: concepções diferentes e riscos iminentes ao direito à educação. *Educação e Sociedade*, 33 (119), 353-377.
- Zan, D. e Krawczyk, N. (2019a). A disputa cultural: O pensamento conservador no ensino médio brasileiro. *Revista Amazônica*, 4 (21), 1-9.
- Zan, D. e Krawczyk, N. (2019b). Ataque à Escola Pública e à Democracia - notas sobre os projetos em curso no Brasil. *Revista Retratos da Escola*, 13 (27), 607-620.

Recebido em: 9 de agosto de 2023

Aceito em: 4 de outubro de 2023



Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109) está distribuída bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)